

## Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga

Francisco Sande Lemos

No corrente ano o Campo Arqueológico de Braga, que deu origem à Unidade de Arqueologia, celebra vinte anos de existência (1976-1996).

No tempo individual duas décadas são um espaço repleto de acontecimentos. Na escala da espécie humana, equivale a duas gerações. Noutras unidades de tempo, vinte anos perdem-se ou dissolvem-se. Os arqueólogos, que trabalham preferencialmente sobre escalas de longa duração, sentem uma natural dificuldade em avaliar os efeitos de vinte anos de actividade de uma entidade.

O Campo Arqueológico de Braga foi criado em 1976, quando o I Governo Constitucional decidiu salvar *Bracara Augusta*.

Na verdade, graças a um conjunto de condições post-deposicionais singulares, uma parte importante das ruínas da cidade romana sobreviveu até ao século XX. Todavia, nos anos 60 e 70, num surto urbanístico sem precedentes, a cidade cresceu em múltiplas direcções, atingindo os solos poupados durante séculos e arrasando os vestígios da época romana. Os protestos

registados em letra de Imprensa não tiveram resultados visíveis. Somente em 1976 se conjugaram as condições para uma intervenção eficaz do Estado. Graças aos esforços da CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património) o Governo resolveu intervir. Assim, no âmbito de um conselho de ministros, celebrado em Braga e presidido pelo doutor Mário Soares, a construção na área dos vestígios da cidade romana foi bloqueada, atribuíram-se verbas e lançaram-se escavações.

Foi à luz desta conjuntura que nasceu a Unidade de Arqueologia. De facto, passado pouco mais de um ano, no quadro da Universidade do Minho, que geria o Campo Arqueológico e as verbas que lhe eram consignadas, foi criada a Unidade de Arqueologia da UM, com o estatuto de unidade orgânica, directamente dependente da Reitoria. Como responsável, foi nomeado Francisco José Soares Alves que desempenhou estas funções entre 1977 e 1980, ou seja, durante três anos. O corpo de efectivos da Unidade era formado por 4 elementos: dois arqueólogos, uma secretária e um técnico-auxiliar. Os arqueólogos da UAUM, dirigiam o pessoal do Campo Arqueológico, constituído por técnicos de escavação, de fotografia, de restauro e desenhadores, pessoal que, no entanto, não possuía vínculo ao Estado.

Durante esses três anos graças à energia e espírito combativo do director, Francisco Alves, a Unidade de Arqueologia, apoiada no Campo Arqueológico, susteve o ímpeto dos contrutores civis e realizou inúmeras intervenções, entre quais se destacam as sondagens efectuadas na zona oeste do Hospital e a descoberta das termas romanas de Maximinos ou Alto da Cividade.

Até 1980 a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, esteve instalada num pombal e na enorme cozinha do Palácio dos Biscaínhos. Na verdade, a Assembleia Distrital nunca teve o gesto de ceder mais espaços, que aliás dispunha em abundância. Ainda me recordo da surpresa do Eng.º Eurico de Melo, apoiante sereno e permanente do salvamento de *Bracara Augusta*, quando verificou a exiguidade das condições de trabalho a que estavam sujeitos os técnicos de arqueologia. A instalação dos Biscaínhos só possuía uma vantagem: a possibilidade de se organizarem no jardim, acampamentos de verão, aos quais acorriam jovens, vindos de inúmeros países: França, Inglaterra, Espanha, Bélgica, Alemanha.

Estes primeiros anos da Unidade de Arqueologia revelaram que as medidas tomadas pelo Doutor Mário Soares, para lançar o salvamento de *Bracara Augusta*, eram justificadas. Nos terrenos do Alto da Cidade multiplicaram-se as ruínas, entre as quais se destaca um edifício termal público de grandes dimensões e achados de objectos de valor, entre estes uma belíssima taça de prata e chumbo, gravada a ouro, ainda hoje por publicar.

No espírito da comunidade bracarense, quer entre os apoiantes, quer entre os adversários, firmou-se a ideia de que a “Arqueologia” tinha vindo para ficar e estudar o passado longínquo de Braga.

Francisco Alves mantinha um excelente contacto com os órgãos de comunicação social, desenhava as teias burocráticas, movimentava-se entre as comissões da SEC, e acompanhava as diversas entidades governamentais, ou personagens ilustres, que visitavam este primeiro esboço de Arqueologia Urbana. Lembramos visitas de Mário Soares, António Reis, Salgado Zenha, Raúl Rego, Vasco Pulido Valente, Eurico de Melo. Recordamos também o constante interesse da Comissão Instaladora da UM, entre os quais referimos os professores Loyd Braga, Romero Barbosa, Pinto Machado e Lúcio Craveiro da Silva.

A luta pela consolidação da Arqueologia Urbana foi árdua e Francisco Alves teve de lutar em múltiplas frentes: junto das autoridades locais e no âmbito do COISPCN, antecessor do IPPC. Entre as múltiplas lutas, hoje sepultados nas resmas de memorandos e ofícios, acumulados nos arquivos-mortos, destaca-se a criação do Museu D. Diogo de Sousa, que absorveu o pessoal de Campo Arqueológico de Braga, garantindo-se, assim, um estatuto digno para o pessoal e que permitiu institucionalizar a rotina do tratamento de espólio já existente.

A par das escavações na cidade, apontando outros caminhos que a Unidade de Arqueologia iria desenvolver mais tarde, realizaram-se os primeiros salvamentos e trabalhos, ao abrigo de protocolos. Entre eles devem destacar-se os primeiros estudos efectuados na Geira (Serra do Gerês) (1978) e o salvamento de Rego (Planalto da Lameira) (1978), que permitiu registar um povoado de fossas abertas no saibro, com abundantes materiais cerâmicos da Idade do Bronze.



No final dos anos 70 começaram as obras da nova sede, num pequeno edifício da Avenida Central.

Entretanto, na sequência de uma visita ao Campo Arqueológico, Natália Correia Guedes, nomeada (Presidente do IPPC) em 1980 e que terá apreciado o sistema observado em Braga, convidou Francisco Alves para director do Departamento de Arqueologia do IPPC e do Museu Nacional de Arqueologia.

De 1980 a 1987 foi director da Unidade de Arqueologia, Francisco de Sande Lemos. De 1987 a 1996, Manuela Martins, que mantém o cargo, após um breve interregno de 10 meses entre Janeiro e Outubro de 1995.

Passados quase vinte anos pode afirmar-se que a UAUM, abreviatura que iremos utilizar, continua fiel ao contexto em que foi criada.

O estudo e o salvamento de *Bracara Augusta* continuam a ser prioridades que absorvem as energias e o tempo dos investigadores (Francisco Sande Lemos, Manuela Delgado e Manuela Martins) e dos técnicos que formam o corpo da Unidade. Apesar dos esforços desenvolvidos para partilhar responsabilidades com outras entidades (a Administração Central e a autarquia), a Universidade do Minho é ainda a primeira guardiã que defende as ruínas, a equipa que as estuda, a entidade que reclama por uma maior divulgação dos conhecimentos adquiridos. Felizmente, nos últimos anos, a criação de um Gabinete Municipal de Arqueologia tem assegurado uma maior vigilância e uma partilha de tarefas.

Mas, a actividade da UAUM não se limitou ao estudo de *Bracara Augusta*, avançando noutros domínios do saber arqueológico.

A este nível, o do conhecimento, pode afirmar-se que a Unidade de Arqueologia justificou a sua criação. Seria inviável neste texto, fazer o balanço dos conhecimentos resultantes de 20 anos de escavações sistemáticas realizadas em *Bracara Augusta*. Para resumir pode dizer-se que se identificou um conjunto habitacional (*insula* das Carvalheiras), dois edifícios públicos (termas e um provável mercado) e que se conhecem com segurança os eixos urbanos da cidade romana, bem como os seus módulos. Já foram publicados

numerosos textos, quer na revista *Cadernos de Arqueologia*, quer na *Forum*, quer em actas de reuniões científicas <sup>1</sup>.

Paralelamente, interpretando num sentido amplo a vocação da Universidade, como entidade científica e cultural, a Unidade de Arqueologia apoiou o estudo do paleolítico e quaternário do litoral minhoto que se concretizou numa prova de doutoramento (José Meireles).

O estudo das cidades mortas (castros), que formam um dos mais impressionantes segmentos do património arqueológico do Norte, foi outra das linhas dos trabalhos da UAUM, que mais contribuiu para salvar e conhecer o passado proto-histórico da área do vale do Cávado, com o estudo dos povoados de S. Julião (Vila Verde), Barbudo (Vila Verde), Lago (Amares) Santa Marta da Falperra (trabalhos da doutora Manuela Martins), da Sola (Braga), Santinha (Amares), S. João do Rei (Póvoa do Lanhoso), Cabanas (Braga) (trabalhos de Ana Bettencourt, que está na fase final da sua dissertação de doutoramento).

As escavações dos conventos de Santa Marinha da Costa (Guimarães), de S. Torcato (Guimarães), de Santa Maria de Tibães (Braga) e da Santa Maria de Bouro (Amares) (Luís Fontes), constituem um marco na história da Arqueologia medieval portuguesa. Se cada um dos monumentos referidos no parágrafo anterior é, por si mesmo, uma entidade única, julgamos ser legítimo destacar, ainda no âmbito da Arqueologia medieval, o estudo e conservação da Basílica de S. Martinho de Dume (Luís Fontes).

Os resultados do estudo de *Bracara Augusta*, dos povoados proto-históricos, da pré-história antiga do litoral minhoto e dos edifícios religiosos medievais têm sido divulgados na revista *Cadernos de Arqueologia*, do qual já foram publicados nove números e na série *Monografias*, com nove edições.

Muito mais se poderia acrescentar sobre a actividade desenvolvida pela UAUM, em múltiplos domínios, designadamente o apoio prestado a mestrados de Arqueologia, o desenvolvimento de aplicações informáticas, os ensaios de estudo de história da paisagem.

É vulgar dizer-se que a História julgará, pesando os aspectos negativos e

positivos, na balança do tempo.

Sem nos queremos adiantar, já que a condição de adivinhos está vedada aos arqueólogos, na pesquisa do passado ou, mesmo, do futuro, podemos apenas registrar que a Unidade de Arqueologia marcou, de alguma forma, o último quartel da história da Arqueologia portuguesa. Diga-se, contudo que a Arqueologia, para sermos modestos, é somente uma subsecção, da História da Cultura e Ciência do Portugal, por sua vez um fragmento da História de Portugal, por sua vez, etc, etc.

Braga, Janeiro a Março de 1996.

## Nota

<sup>1</sup> Sobre a bibliografia de Bracara Augusta ver textos de Henrique Barreto Nunes a publicar na revista *Mínia*, n.º 4, 1996 ("Para a História do Salvamento de Bracara Augusta: 3. bibliografia") e de Manuela Martins, publicado nos *Cadernos de Arqueologia* 8-9, 1991/92 ("Bracara Augusta: a memória de uma cidade").





Aspecto geral das escavações do Alto da Cidade em 1978.



Francisco Alves acompanha uma visita da Comissão Instaladora da UM às primeiras ruínas das Termas do Alto da Cidade – 1977.



Visita de Mário Soares a uma exposição sobre o Campo Arqueológico de Braga – 1977.



A equipa do Centro de Pesquisas Geo-físicas de Gorchy, em trabalho de campo, em 1977.



Abertura de uma sondagem para controlo dos resultados das prospecções geo-físicas – 1978.



O conjunto da equipa que trabalhou nas sondagens da zona a oeste do Hospital de Braga – 1978.



Equipa em campo no Alto da Cividade nos anos 70.



A cozinha do Palácio dos Biscainhos.



O interior da cozinha, adaptada a Gabinete de Arqueologia.



Tratamento de espólio.



O pombal do Palácio dos Biscainhos, sede dos serviços administrativos do Campo Arqueológico.



Pormenor de uma taça romana decorada, proveniente das escavações do edifício termal do Alto da Cividade.